

Descontinuidades e permanências nas estruturas da economia e da sociedade portuguesas nos últimos sessenta anos.

*Rui Leandro Maia*¹

Introdução.

O artigo visa demonstrar como, por um lado, apesar da uniformização territorial sentida em inúmeros domínios da vida económica e social do nosso país – o que nos remete para uma falsa leitura de progresso e bem-estar das populações -, subsistem as tendências assimétricas entre espaços ao longo de todo o período considerado e como, por outro lado, os factores responsáveis pela dita uniformização de certos tipos de comportamentos, de que são exemplo os demográficos, não têm as mesmas causas consoante a natureza diferenciada dos espaços.

Entre o passado e o presente.

Durante o período do Estado Novo Portugal manteve um condição de país atrasado face à grande maioria dos países da Europa Ocidental. No final dos anos trinta, grande parte da nossa população exercia funções na agricultura, que era ainda muito deficitária e caracterizada por uma mecanização insuficiente, culturas de cereais inadequadas à maior parte dos solos, baixo uso de fertilizantes. O país apresentava ainda uma distribuição da propriedade dicotómica: latifúndios a Sul, excesso de parcelamento a Norte. A insuficiência de escoamento dos produtos no mercado e a designada estrutura da propriedade funcionaram como mecanismos de retracção ao aumento da produtividade. De 1939 a 1945 a economia do país conheceu algum crescimento²: a exportação de produtos alimentares e têxteis e de matérias-primas, como o volfrâmio, por um lado, a redução de importações que a conjuntura de guerra impôs, por outro lado, permitiram a obtenção de sucessivos saldos favoráveis à nossa balança comercial e de pagamentos (cf. Rosas 1994: 332-337). A acumulação de capitais que este período proporcionara não fora, porém, suficiente para reestruturar a nossa economia. Os anos cinquenta trouxeram alguns significativos investimentos privados ao nível das indústrias química e metalomecânica, dos transportes e do sector energético. O Estado, por sua vez, iniciou também investimentos de vulto: o Plano Hidroeléctrico Nacional³, de uma grande importância para o fornecimento

¹ *Universidade Fernando Pessoa*

² O crescimento da produção foi na ordem dos 5% ao ano. Mas será necessário notar que a manifesta vitalidade da nossa economia neste período, numa tendência que já se vinha esboçando desde crise mundial de 1929, se fez por estímulo externo e estadual, como obrigação, por um lado, a produzir numa conjuntura de necessidade e de ausência de meios que habitualmente nos chegavam por outros países, e, por outro lado, como país que se manteve fora do conflito, aproveitando a quebra de produção dos países beligerantes para penetrar em mercados para os quais até aí não estávamos vocacionados ou simplesmente não tínhamos qualquer capacidade competitiva. Este impulso não foi, no entanto, capaz de operar uma transformação global da economia, contribuindo, antes, num processo que se acentuou entre os anos cinquenta a setenta, para um maior distanciamento entre uma indústria que se desenvolveu e uma agricultura que se manteve em letargia. E foi essa industrialização sem a componente de reforma agrícola, tal e qual acontecera nas economias mais desenvolvidas que se industrializaram, que, como advoga Rosas, “explains industrial weakness in Portugal during the first half of twentieth century. [...] Those weaknesses led, first, to a typically peripheral economic industrialization, dependent on the opportunities created by world crises yet unable to take full advantage of these openings to induce sustained growth.” (1998: 98).

³ Em 1966 já tinham sido construídas em Portugal 26 barragens e centrais termoeléctricas.

de energia às novas indústrias, e os designados Planos de Fomento⁴, com intuito de modernização da economia e de incentivo ao aparecimento de novas produções. O Estado passou a ter um papel de maior intervenção na economia, nomeadamente pelo condicionamento industrial: defendendo as indústrias que existiam e controlando as novas unidades que surgiam (Rosas 1994: 450-566).

A abertura da economia portuguesa ao comércio europeu favoreceu a nossa entrada na EFTA (European Free Trade Association)⁵, em 1959, pondo termo, de certa forma, ao isolamento do país. E na década seguinte houve continuidade e aprofundamento da política de abertura económica à Europa: facilitou-se a entrada de capitais estrangeiros no país e o turismo internacional começou também a assumir-se como uma importante fonte de receitas pela entrada de divisas que proporcionava (Rosas 1994: 474-485). Mas comparando com outros países, o crescimento económico de Portugal mostrava-se ainda largamente insuficiente. No final dos anos sessenta, o nosso rendimento *per capita* era dos mais baixos da Europa e eram manifestos os desequilíbrios regionais e o atraso da agricultura⁶. As populações rurais, mais afectadas, viram-se obrigadas a procurar fontes alternativas de rendimento e, conseqüentemente, a procurar novos locais para trabalharem e viverem. Os centros urbanos, como Lisboa e Porto, foram os destinos de excelência: as cidades cresceram rapidamente para além das suas áreas administrativas e originaram o desenvolvimento das designadas cidades-dormitórios. Para fora das fronteiras a França, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça constituíram destinos de uma verdadeira emigração em cadeia – em que os familiares aí estabelecidos chamaram outros familiares, amigos e conterrâneos, abandonando o país milhares de portugueses⁷.

Quadro 1
Emigração legal e clandestina (1960-1973)

Anos	Emigração legal		Emigração Clandestina		Emigração total	
	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)
1960	32318	-	414	-	32732	-
1961	33526	3,74	1270	206,76	34796	6,31
1962	33539	0,04	4671	267,80	38210	9,81
1963	39519	17,83	14451	209,38	53970	41,25
1964	55646	40,81	30636	112,00	86282	59,87
1965	89056	60,04	27918	-8,87	116974	35,57
1966	120239	35,02	12595	-54,89	132834	13,56
1967	92502	-23,07	13778	9,39	106280	-19,99
1968	80452	-13,03	23697	71,99	104149	-2,01
1969	70165	-12,79	83371	251,82	153536	47,42
1970	66360	-5,42	106907	28,23	173267	12,85
1971	50400	-24,05	100797	-5,72	151197	-12,74
1972	54084	7,31	50892	-49,51	104976	-30,57
1973	79517	47,02	40502	-20,42	120019	14,33
Total	897323	-	511899	-	1409222	-

Fonte: Rosas (1994: 423).

⁴ O Estado Novo lançou três Planos de Fomento quinquenais: 1953-58, 1959-64, 1968-73, e um Plano Intercalar de 1965-67.

⁵ Faziam parte da EFTA a Inglaterra, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Áustria, a Suíça e Portugal. Estes países, à medida que entraram na CEE, hoje EU, abandonaram esta organização.

⁶ Apesar disso, sustenta Franco, a recuperação económica não teve paralelo nas décadas seguintes. “Os anos 60 foram o único período do século XX em que, até agora, duradouramente se reduziu o atraso de Portugal relativamente às economias mais desenvolvidas da Europa e do Mundo” (1994: 172).

⁷ É de referir o impacto da emigração clandestinas no número total de saídas que teve mesmo, entre 1969 e 1971, números substancialmente superiores aos da emigração legal.

A migração em massa despovoou quase por completo largas zonas do território nacional, sobretudo no interior Norte, que viu a sua população diminuir e, ao mesmo tempo, envelhecer⁸. Baixou a produção agrícola, aumentou a importação de bens alimentares e subiram os salários em consequência da diminuição de mão-de-obra disponível. Em contrapartida, sobretudo em relação aos emigrantes, houve uma melhoria das condições de vida dos que partiram e das respectivas famílias com consequências na economia nacional (pela permanente entrada de divisas) e impacto nos territórios de partida, sobretudo por uma certa modernização que os investimentos após o retorno provocaram.

Mas a realidade de uma população desigualmente distribuída pelo território nacional mantém-se. Decenalmente, os recenseamentos gerais da população têm vindo a confirmar de forma cabal a situação. Em “macrocartografia”, autores como Girão (1948), Caldas (1957), Alarcão (1962; 1964), Nunes (1964; 1968), Ferrão (1996), entre outros, vêm chamando a atenção para o fenómeno. Os termos êxodo rural, desruralização, litoralização, bicefalia, bipolarização e uns quantos mais sintetizam as profundas assimetrias que, de forma simplificada, se traduzem de longa data na cumulativa fixação de gente na faixa litoral e, principalmente, em torno das duas grandes cidades e respectivas áreas circundantes: Lisboa e, a alguma distância, Porto. Ao longo das últimas décadas, estas cidades foram crescendo e, com elas, a ritmo mais acelerado desde os anos cinquenta, cresceram também em população e diversificação de actividades económicas os municípios vizinhos, eles próprios a contemplarem no interior das suas fronteiras espaços de carácter urbano, principalmente a partir dos anos oitenta. Se é verdade que as grandes cidades se fizeram “de fora para dentro”, i.é., chamando homens e mulheres das diferentes parcelas do todo nacional a nelas residirem e trabalharem, também é hoje cada vez mais verdade que essas mesmas cidades se continuam a afirmar “de dentro para fora”, em progressivo reforço da urbanização no litoral. O desenvolvimento e especialização das funções económicas dos grandes centros urbanos, como é clássico verificar-se noutros países, tem levado a uma especialização no comércio e, principalmente, nos serviços, circundando em sua volta uma indústria mais ou menos diversificada, que tende a tomar espaço à actividade agrícola e a aproveitar espaços por explorar. Da mesma forma, relativamente à fixação de habitantes, à medida que os grandes centros urbanos se especializam, os espaços para habitação tornam-se aí mais onerosos, aumentando a procura nos concelhos próximos. Tal tem sido o “esquema de funcionamento” na distribuição da população nos espaços hoje designados por áreas metropolitanas. E os concelhos em redor das grandes cidades são, também eles, constituídos por uma vasta população que, proveniente de outros espaços, para aí migrou. Entre o passado mais ou menos remoto das grandes cidades e o presente mais ou menos próximo, definido pela expansão da “mancha urbana”, há uma característica imutável: uma parte muito significativa da população não é natural do espaço que habita.

⁸ É claro que o processo de transformação da estrutura da população portuguesa consoante espaços com características diferentes há muito que se vinha sentindo. Entre os censos de 1911 e 1920, relativamente ao início do século, a gripe peneumónia, a I Guerra Mundial e a emigração haviam provocado uma diminuição no ritmo de crescimento da nossa população. No decénio de 1930 a 1940 a recuperação fez-se com grande vitalidade (com um crescimento anual médio de 1,32%, o maior de sempre na nossa história demográfica). Mas foi essencialmente no período entre as décadas de 1940 e de 1970, para além das mudanças quantitativas, que a distribuição geográfica da população mais se alterou (entre 1931 e 1940, o saldo migratório tinha sido favorável em 64 720 indivíduos; na três décadas seguintes, entre 1941 e 1970, ele foi claramente negativo e em crescendo, respectivamente de - 133 315, - 685 304 e - 1302 524) (cf. Rodrigues 2000: 34). A emigração, que havia decrescido nos anos trinta, reactivou-se após o segundo conflito mundial, muito embora para destinos essencialmente europeus, com grande crescimento na década de sessenta, vindo a juntar-se ao movimento interno de migrantes com expressão continuada por todo o século XX, particularmente nos períodos em que as saídas para o Brasil e para a Europa, entre os anos trinta e quarenta, estancaram (cf. Evangelista 1971: 8-39).

Muita da nossa literatura neo-realista evoca as razões económicas e de sobrevivência como razões primeiras e, quantas vezes, únicas para o êxodo dos espaços do interior rumo às grandes cidades. O lento progresso dos meios de comunicação entre o litoral e o interior⁹ a par da existência de obstáculos naturais, do meio físico, só a muito custo vencidos, explicam grande parte das diferenças entre espaços e, por outro lado, explicam muito da necessidade de êxodo rural para todos aqueles que não encontraram nos espaços rurais a que pertencem condições para uma sobrevivência condigna (Livi Bacci 1971: 9-11)¹⁰. Estes obstáculos naturais constituem-se, aliás, como factores de manutenção de estruturas desiguais entre espaços, que “recortando” o país o continuam a definir¹¹. Excluindo embora a tese do determinismo geográfico, Santa-Rita sustenta a permanência das diferenças: “De Norte para Sul, vão-se diluindo as influências europeias e a África aproxima-se em certos caracteres da geografia física e traços da geografia humana; de Oeste para Leste, atenuam-se as forças exercidas pelo Atlântico.” (1982: 11).

O período de maior urbanização ocorreu entre as décadas de cinquenta e de setenta, com particular relevo para a década de sessenta que, em paralelo, viu progredir significativamente a industrialização nos grandes centros urbanos e respectivas áreas envolventes (cf. Peixoto 1987): no início dos anos sessenta 1/3 da população da faixa litoral era urbana, contra 1/16 da população correspondente aos distritos do interior, sendo que, para o litoral, entre 2/3 e 3/4 do total da população urbana se encontrava concentrada, respectivamente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Livi Bacci 1971: 104). A componente laboral, traduzida na busca de oportunidades de vida fora dos espaços periféricos e ruralizados, foi o móvel para este imparável crescimento urbano que, em simultâneo, teve o efeito perverso de alimentar estes dois mundos ou realidades geo-económicas de características distintas, sobretudo assimétricas¹². A bicefalia referida e, de forma relacionada, a ausência de pólos urbanos regionais capazes de promoverem o desenvolvimento harmonioso entre espaços com distâncias e acessibilidades mínimas são factores a considerar como relevantes para a

⁹ É certo que o Estado Novo empreendeu, no seu vasto programa de obras públicas, uma grande dinâmica na ligação entre espaços por via de novas estradas (26.000 Km na década de 1950, 30.000 Km em 1968 e 34.000 Km em 1974), mas a rede pública de transportes não evoluiu o equivalente à procura e às reais necessidades (cf. Marques 1986: 467-468).

¹⁰ As saídas são sobretudo desses espaços. Apesar da emigração ter atravessado transversalmente todo o território português, como bastante incidência nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, foi nas regiões menos desenvolvidas que as taxas de emigração mais se acentuaram (cf. Rocha-Trindade *et al.* 1995: 170; Serrão 1982: 144).

¹¹ Em *Porto Manso*, Redol descreve bem esta interioridade que o meio físico impõe e que é muito mais do que a interioridade resultante da distância entre dois espaços com características económicas e sociais distintas: “Num país de montes quase inacessíveis o homem é repellido. Mesmo que se queira fixar, só os olhos têm panoramas que os embriaguem; e ele não vive dos olhos. [...]. Pode morar [o homem] nas cavernas das montanhas, mas o pão não nasce na rocha, e sem pão ele definha e morre.” (1979: 107). E é também com este sentido que Mattoso *et al.* descrevem o “valor” do território para a fixação das populações, consoante as características físicas e as suas potencialidades agrícolas: “A natureza do solo, no sentido pedagógico do termo, determinada pela constituição litológica das rochas aflorantes e da sua alteração superficial ao longo dos tempos, cria condições propícias ou desfavoráveis ao rendimento do trabalho agrícola. Tomados em conjunto, determinam o grau de atracção ou de repulsão que a terra exerce sobre as comunidades humanas e conseqüentemente sobre os caracteres de cada região.” (1997a: 26-27).

¹² Como observa Santos: “... entre 1950 e 1960, década em que se situam os primeiros passos no sentido de uma alteração estrutural sensível [da distribuição diferenciada da população activa pelo território do continente português], a extensão verificada nalgumas regiões (principalmente Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e Leiria) tem como contrapartida uma diminuição absoluta do número de pessoas activas com profissão em nove distritos (Beja, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo e Viseu) e um afrouxamento – diminuição relativa – em relação à evolução do total de activos profissionais do continente em mais três (Braga, Castelo Branco e Vila Real). (1965: 470).

deslocação maciça de gente do interior para o litoral urbano do país¹³; assim como é também de considerar o desequilíbrio social e produtivo existentes, particularmente em relação à agricultura¹⁴. Em 1950 a população activa deste subsector estava distribuída da seguinte maneira: 10% eram proprietários de terras com extensão considerável; 30% trabalhava por conta própria nas suas pequenas terras ou em terras de outros; e a grande maioria, 60%, eram trabalhadores assalariados, pagos a baixos soldos pelos grandes proprietários. São sobretudo estes últimos que saíram em grande número rumo às cidades e zonas industrializadas do país e do estrangeiro durante décadas, particularmente até aos anos setenta (cf. Leandro 1992: 211). Para os anos sessenta, Carvalho (1967) apresenta por distritos as remunerações médias diárias para as actividades não agrícolas, onde se torna evidente as diferenças entre o distrito de Lisboa em relação aos demais, seguido pelos de Setúbal e do Porto (estando, porém, estes pouco destacados mesmo em relação aos distritos do interior) e onde é notória a diferenciação de níveis de remuneração entre homens e mulheres, de forma generalizada, i.é., sem repartição entre litoral e interior ou mundo urbano e mundo rural. De salientar que as diferenças verificadas no distrito de Lisboa se devem particularmente ao peso que a capital tem no conjunto do território, nomeadamente por concentram grande número de serviços centrais da Administração Pública; e que nos grandes centros, por força de um conjunto maior de ocupações/profissões especializadas - às vezes aí existentes em exclusivo -, o número de profissões com remunerações de nível superior é mais significativo: em relação às famílias com rendimentos iguais ou superiores a sessenta contos, em análise por distritos, Odete (1964: 736), verifica que: em 1950, o distrito de Lisboa apresentava 4,0%; seguido do Porto, com 1,6%; com valores muito abaixo nos outros distritos, que não ultrapassam os 0,6%; e em 1962, Lisboa e Porto sobem, respectivamente, para 4,5% e 2,0%, e o número mais próximo foi de 1,2%, curiosamente, de Portalegre, apresentando todos os outros distritos números mais abaixo a partir dos 0,8%. Em relação às taxas de analfabetismo: em 1950, o distrito de Lisboa, como os seus 25,4% de analfabetos, contrastava com o distrito de Beja, que registava 57,9% (Gomes 1964: 658). O exemplo do poder de compra apresentado por Loureiro (s.d.b: 7) para o ano de 1960 é também elucidativo: o distrito de Lisboa regista o valor de 430 (em 1000) por comparação ao continente, logo seguido do Porto, com 168 (em 1000), e que contrastam com os 14 (em 1000) do distrito de Bragança. Se é certo que os anos sessenta se caracterizaram por uma viragem económica na vida do país, com um forte incremento no sector industrial (cf. Marques 1986: 470-476), também é certo que essa viragem se deu apenas em pontos focalizados do território nacional,

¹³ Por referência ao desigual desenvolvimento espacial que caracteriza o nosso país, Abreu comenta: "Notável é também a informação que se recolhe através dos movimentos migratórios internos. Assim, de 1921 para cá, observa-se que o número de concelhos que atraem populações se reduz a 70, para o período de 1921-30, a 26 no decénio de 1951-60. A região de Lisboa-Setúbal com 13 concelhos polarizantes e o bloco Porto-Aveiro com 7 explicam a maior parte da atracção observada. Revela-se evidente a condensação do crescimento nas zonas de concentração do capital." (1970: 33). Para os anos sessenta e setenta há um conjunto muito diversificado de escritos que abordam a questão das assimetrias espaciais e, por consequência, abordam também a questão do êxodo rural. Desses, destacamos Lemos (s.d), Moura (1964), Silva (1964) e Silva (1972).

¹⁴ O atraso relativo da agricultura face à indústria, quando esta nos anos cinquenta começa a dar os primeiros sinais de vitalidade, não oferece quaisquer dúvidas: "A função dinamizadora desempenhada pela indústria na evolução económica portuguesa (continente) é claramente relevada pelos seguintes números: no período de 1953-61, o produto do sector secundário a preços constantes aumentou cerca de 10% em média anual, enquanto que o produto do sector primário se elevou a menos de 0,9% por ano e o do sector terciário aumentou cerca de 7% também em média anual." (Murteira 1964: 486).

como acentua Almeida: “Porto-Aveiro-Braga a Norte; a bacia do Tejo, com Lisboa e Setúbal, mais a Sul.” (1986: 304)¹⁵.

A tese do dualismo litoral/interior correspondente, respectivamente, à cidade e à indústria por oposição ao campo e à agricultura enfatizou de forma positivista um Portugal assimétrico e amplamente dividido (cf. Nunes 1964): à estagnação do campo e do interior correspondeu uma indústria em desenvolvimento a partir dos anos cinquenta. E este dualismo seria assim o espelho de uma sociedade que apresentava amplas desigualdades tendo o êxodo rural funcionado como um mecanismo de compensação face às desigualdades sociais, que as cidades e da indústria tornaram possível, tanto em relação ao nosso país como em relação à Europa desenvolvida e industrializada (Nunes 1964: 427). Ou seja: migra-se porque, no balanço entre espaços rurais estagnados e espaços urbanos dinâmicos, estes últimos criaram condições para receber mão-de-obra proveniente dos primeiros. Esta suposta capacidade atractiva da apelidada sociedade “moderna” constitui, porventura, um dos pontos de discórdia em relação à tese dualista no nosso país. Pode-se claramente discordar da posição dos que defendem a capacidade de atracção dos centros urbanos e industriais em relação às populações campestres. Será que o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços era de tal forma apelativo? ou, ao invés, os espaços rurais estagnados é que impeliam ao número expressivo de saídas, independentemente da existência de um elevado grau de receptividade noutros espaços mais desenvolvidos?¹⁶ A multiplicidade de situações que envolve as migrações no período considerado certamente não se encerra em nenhuma das posições, por mais assimétrico que possa ter sido e continue a ser o espaço nacional; mas antes as inscreve, por complementaridade, uma na outra¹⁷. Quem estudar em pormenor o fenómeno do êxodo rural entre nós e o equacionar na base de uma relação de continuidade entre economias, espaços e pessoas representada pelos migrantes apercebe-se de que as trajetórias dos migrantes não obedeceram de todo a uma lógica de atracção¹⁸. Se no espaço de acolhimento os migrantes encontraram largas dificuldades de integração - no sentido mais amplo do termo, desde as habitações ao tipo de trabalho -, aos relacionamentos e ao casamento, dificuldades agravadas pelo patrocínio que, na maior parte dos casos, estes migrantes fazem às economias

¹⁵ Referindo o progresso de forma indistinta para todo o território, o início dos anos setenta representou um ponto de viragem, como salienta Marques: “Pela primeira vez na história pátria, a agricultura (32%) foi superada pelas actividades comerciais e industriais (outros 32%), sendo os restantes 25% ocupados em serviços.” (1986: 481).

¹⁶ A manutenção de uma estrutura produtiva assente em espaços e economias assimétricas caracterizou a governação do Estado Novo. Um mundo rural atrasado, explica Rosas, constituiu um “verdadeiro *bunker* ultramontano incrustado na sociedade, na economia e na política do País. E cujo programa se resumiu a isto: opor-se denodadamente às transformações modernizantes, impedir a desestruturação do vasto mundo rural, subprodutivo, arcaico e miserável das coisas pequenas, para que subsistisse o pequeno mundo produtivo e arcaico das grandes, só possível pela reprodução do primeiro e pela protecção artificial, isto é, política, do conjunto.” (1994: 47).

¹⁷ Como já na década de sessenta acentuou Moura: “E então pergunta-se: foi a criação de empregos nessas regiões [industrializadas e urbanas] que arrastou para elas muitas pessoas que daqueles foram beneficiar? Deslocaram-se estas pessoas para lá antecipadamente, movidas pelos atractivos das cidades e por não verem perspectivas de melhoria do nível de vida nas regiões em que viviam? Pensa-se que devem ter actuado as duas razões, o que permite uma nova conclusão: os empregos surgidos entre 1951 e 1960, não se distribuíram equitativamente entre todo o território, originando, directa ou indirectamente, deslocações da população para determinadas áreas já mais progressivas.” (1964: 711).

¹⁸ Essa lógica, na esteira do que afirmou Silva (1964: 297), é antes o resultado de uma fuga às baixas condições de vida existentes nas zonas rurais e, ao mesmo tempo, também o resultado de uma espécie de aventura de procura no espaço urbano que, se permitem uma mudança de vida, não significam e não significaram a obtenção, pelo menos num tempo breve, de melhores condições de trabalho ou, em geral, de melhores condições económicas e sociais.

rurais e domésticas dos espaços ditos tradicionais. O êxodo rural deve ser equacionado como um processo de conjunto em que a decisão de trocar de espaço por parte de cada migrante toma mais a forma de decisão familiar e a repulsão é o resultado da existência de um vasto espaço que nada ou pouco tem para oferecer aos que aí nascem. Os jovens em idade para trabalhar vêm-se obrigados a procurar sustento individual e para o conjunto daqueles a que estão directamente ligados por laços de parentesco, procuram sobreviver antes de mais e fazer ingressar meios de sobrevivência no seio da família - quantas vezes numerosa e alargada - e, eventualmente, têm por horizonte o regresso ou, pelo menos, a manutenção de contactos na terra, nomeadamente em termos de projecto de vida a dois, a concretizar com o casamento com uma ou um conterrâneo¹⁹. Mas este estudo em pormenor permite ainda constatar que nos espaços onde o emprego se expandiu, nos espaços industriais e urbanos, o exercício das ocupações é globalmente diferenciado entre aqueles que são migrantes e aqueles que não são, sendo muitas vezes o trabalho dos primeiros uma espécie de sustentáculo da competitividade das economias “modernas”, nomeadamente por estarem, pelo menos durante algum tempo, em desvantagem em termos de remuneração e, o que mais se verifica, por exercerem em maior número funções mais modestas, as mais das vezes sem direitos de alguma espécie e numa condição global de inferioridade relativamente aos não-migrantes²⁰. É com esta percepção das diferenças entre rurais e urbanos que, para os anos sessenta, Martins chama a atenção:

O trabalhador rural português emigrado para a cidade, permanece, como os trabalhadores rurais de outros países, em situação de marginalidade, empenhado na sua esperança de promoção social, encarando a actividade profissional como um emprego e não como uma condição. Mas a situação do trabalhador português define-se por dimensões específicas: o desnível cultural entre o campo e a cidade é, no nosso país, extremamente acentuado, a promoção pessoal não constitui um projecto definido, para o trabalhador que desconhece todo o funcionamento da sociedade e cuja mentalidade se caracteriza pelo conformismo e, objectivamente, essa promoção

¹⁹ Como, para os anos cinquenta, comenta Ribeiro: “Parte desta população [da cidade] é sugada ao campo, atraída pela miragem urbana – esperança de melhores ganhos, de trabalho menos duro, de diversões, de vida mais folgada e livre, de melhor acção da assistência, desejo de criar e preparar os filhos em melhores condições, fuga à miséria e à rotina, abandono da terra onde, ao fim e ao cabo, nada há a perder...”. (1994: 132)

²⁰ Um conjunto de factores explica a sustentação da modernização da economia portuguesa nos espaços urbano-industriais, entre os quais a vasta mão-de-obra migrante que a eles afluí. Como, por referência ao desenvolvimento industrial, sublinha Rosas (1994: 62-63): “Uma industrialização historicamente assente na sobreexploração da força de trabalho, em grande medida semicamponesa, com largo peso de mulheres e crianças, analfabeta, sem formação técnica de qualquer espécie e privada de liberdade de associação e expressão sindicais. Salários baixíssimos e longas jornadas de trabalho, conjugados com as várias modalidades de protecção estatal, foram viabilizando a maioria das empresas dos sectores industriais tradicionais.” E mais adiante, a propósito do Norte, que se constitui como uma zona de produção distinta do resto do país, nomeadamente, por assentar num tipo de produção familiar mista – repartida entre o trabalho na fábrica e o trabalho na pequena exploração agrícola – o autor reforça a tese: “O operário industrial que é simultaneamente um pequeno camponês, buscando no autoconsumo que a pequena parcela própria ou arrendada lhe faculta o complemento para o salário, em si mesmo insusceptível de assegurar a reprodução da força de trabalho. É sabido que a poderosa indústria nortenha cresceu articulada à manutenção e proliferação desses modos de produção pré-capitalistas, sujeitos a um processo típico de submissão formal ao capital industrial. Tal situação permitia-lhe pagar salários abaixo do custo da produção da força de trabalho, para além dos efeitos da morigeração dos costumes e dos lazeres operários, que o amanhã da terra desviaria de convívios ou de ideias socialmente perigosas. Esta realidade económica e social condicionava toda uma atitude social, mental e politicamente diferenciada do operariado nortenho, muito marcada por relações de paternalismo patronal, maior submissão e muito maior pendor organizativo para a luta sindical ou política.” (Rosas 1994: 91).

reduz-se ainda à procura de subsistência, ao contrário do que sucede noutros países, com níveis de vida mais elevados. (1967: 300)²¹.

O governo no final do Estado Novo tem clara consciência das assimetrias económicas e sociais passando, pelo alargamento da administração - central e local -, a criar progressivamente condições para a existência de uma maior equidade e justiça sociais²², ao mesmo tempo que se foram adaptando e fazendo progredir pela modernização as estruturas produtivas existentes: em cada área de trabalho, esta modernização trouxe alguma competitividade, fez aumentar a produtividade e, aspecto não menos importante, permitiu uma maior internacionalização que, aliás, foi apanágio de toda a sociedade e não apenas das faixas etárias ligadas à produção e ao mundo do trabalho, tanto por via de um muito maior conhecimento do que no estrangeiro se ia e vai fazendo através dos media e dos constantes fluxos humanos entre “fronteiras”, como, é certo, pela cada vez maior “invasão” do estrangeiro ao nosso país, com particular relevo, neste aspecto, à nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia, em 1986. Sobretudo mercê da reestruturação do Estado com o pós-25 de Abril de 1974 e o conseqüente empenhamento das autarquias locais, que progressivamente vêm adquirindo maior capacidade de intervenção e de realização, houve todo um investimento em infra-estruturas de base, particularmente na dotação de condições ao nível do fornecimento de electricidade, de água canalizada e de rede de esgotos, com uma notável evolução, sobretudo nas zonas de tradicionais carências endémicas, entre 1981 e 1991, e que nos permitem constatar uma melhoria das condições de vida das respectivas populações sem que, no entanto, seja de todo nítido um esbater de assimetrias entre espaços urbano- industriais e espaços onde predomina a ruralidade (como é bem visível, por exemplo, na permanência das distâncias relativas da cobertura de abastecimento de água canalizada ou da rede de esgotos).

Mas é inegável a evolução quantitativa em relação às infra-estruturas em todos os espaços com características geo-económicas e sociais bem diferentes. A sociedade sofreu nestes anos profundas transformações, com realce para a significativa evolução após os anos sessenta (Barreto e Preto 1996). Bastaria para tanto que aqui tocássemos a questão da alfabetização e do alargamento da escolaridade obrigatória, a par da explosão da formação ao nível do ensino superior que desde finais dos anos setenta se tem vindo a verificar; a industrialização em meio rural e a pluriactividade; ou a cada vez maior

²¹ Sobre este assunto ver ainda Caldas (1957: 85); Nunes (1968: 275-276); Guichard (1994).

²² O chefe do governo, ao referir às desigualdades sociais, explicava as razões para a existência de dualidade de tratamentos que agora pretendia corrigir progressivamente: “O que acontecia em Portugal até há uns anos era haver gente a mais a viver nos campos. A terra é generosa mas os seus frutos não chegavam para retribuir com fartura os que trabalhavam. Por outro lado, existia a ideia de que a força dos laços familiares e uma tradicional solidariedade dos vizinhos não deixavam os velhos e os doentes sem amparo. Por isso regalias que as leis garantiam aos empregados do comércio e da indústria eram desconhecidas no mundo rural. [...]. Chegou pois a hora [isto no ano de 1972] em que foi possível começar a dar aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos outros trabalhadores. E temos avançado rapidamente. Avanço rápido que se deve à maneira como trabalhou o Ministério das Corporações. [...]. Assim, partindo-se das Casas do Povo existentes, foi-se dando aos seus inscritos o abono de família, mais tarde generalizado a todos os trabalhadores, haja ou não casa do povo a que estejam ligados. Ainda com base nos fundos de previdência das Casas do Povo, iniciou-se a melhoria da assistência médica e medicamentosa e, com a reforma da velhice e da invalidez, o aumento dos subsídios de casamento, por nascimento de filhos e por morte, de modo a equiparar os rurais aos restantes trabalhadores. As casas do povo têm-se multiplicado: é indispensável que em breve cubram todo o território do País. [...]. Estamos assim a caminho de, dentro de pouco tempo, ter garantido ao trabalhador rural condições de salário e de segurança social semelhantes aos restantes trabalhadores portugueses. No dia em que esta evolução estiver concluída, sentir-me-ei feliz.” (Caetano s.d.: 8-9).

participação das mulheres no mundo do trabalho e, por consequência, a progressiva aproximação “por conquista” das mulheres no que respeita a direitos laborais e direitos sociais em geral (cf. Silva 1994b: 111-112). Houve uma progressiva tendência à uniformização de direitos e benefícios sociais que o Estado fez estender a todos aos espaços e grupos sócio-ocupacionais: era bem corrente entre as décadas de cinquenta e setenta lembrarem-se e demonstrarem-se as profundas desigualdades existentes entre populações pertencentes a espaços distintos e que se distribuíam por funções também distintas, factores em muito responsáveis pelo êxodo rural. Mas essa progressiva tendência à uniformização não foi capaz de fazer esbater as assimetrias entre o litoral e o interior do país, não foi capaz de evitar a permanência do que Almeida *et all.* (1994b: 309) designam por “terceiro mundo interior” caracterizado por um vasto espaço em despovoamento continuado e de economia inerte.

Quadro 2
Infra-estruturas básicas por distritos em 1960, 1981 e 1991 (%)

Distritos	Electricidade 1960	Água Canalizada 1960	Rede Esgotos 1960	Electricidade (a) 1981; (b) 1991	Água Canalizada (a) 1981; (b) 1991	Rede Esgotos (a) 1981; (b) 1991
Aveiro	9	4	7	(a) 96; (b) 99	(a) 71; (b) 86	(a) 86; (b) 91
Beja	1	2	1	(a) 68; (b) 89	(a) 49; (b) 78	(a) 50; (b) 80
Braga	5	3	6	(a) 90; (b) 98	(a) 64; (b) 84	(a) 32; (b) 91
Bragança	1	1	1	(a) 85; (b) 97	(a) 53; (b) 86	(a) 42; (b) 73
Castelo Branco	2	2	2	(a) 75; (b) 96	(a) 59; (b) 85	(a) 55; (b) 85
Coimbra	5	3	3	(a) 91; (b) 98	(a) 67; (b) 88	(a) 66; (b) 87
Évora	2	3	2	(a) 86; (b) 96	(a) 70; (b) 90	(a) 65; (b) 85
Faro	2	4	3	(a) 73; (b) 96	(a) 66; (b) 82	(a) 70; (b) 87
Guarda	2	1	1	(a) 84; (b) 96	(a) 53; (b) 84	(a) 46; (b) 78
Leiria	3	2	3	(a) 91; (b) 98	(a) 69; (b) 89	(a) 73; (b) 90
Lisboa	30	39	33	(a) 96; (b) 99	(a) 91; (b) 96	(a) 95; (b) 98
Portalegre	2	2	2	(a) 79; (b) 96	(a) 70; (b) 91	(a) 71; (b) 89
Porto	21	17	22	(a) 96; (b) 99	(a) 77; (b) 87	(a) 83; (b) 93
Santarém	4	4	4	(a) 85; (b) 97	(a) 69; (b) 90	(a) 71; (b) 89
Setúbal	6	8	7	(a) 90; (b) 98	(a) 90; (b) 95	(a) 90; (b) 96
Viana do Castelo	2	1	2	(a) 85; (b) 97	(a) 61; (b) 84	(a) 75; (b) 85
Vila Real	2	1	1	(a) 80; (b) 95	(a) 50; (b) 81	(a) 46; (b) 74
Viseu	3	2	2	(a) 81; (b) 95	(a) 47; (b) 73	(a) 51; (b) 77

Fonte: para 1960, Pereira (1966: anexo II); para 1981 e 1991, Instituto Nacional de Estatística (INE) - Anuários e Infoline.

O curso evolutivo da sociedade e da população em Portugal entre os anos quarenta e a actualidade bem se pode, resumidamente, traduzir por um faseamento constante de renovações que, num quadro global, i.é., para todo o país, nos dão, por enquadramento, uma certa continuidade de estruturas ou, dito de outra forma, o país evolui, sem dúvida, as regiões menos desenvolvidas foram conhecendo o progresso em vários domínios, mas, no que aqui importa salientar, mantiveram-se ou até se agravaram as assimetrias entre espaços, se para tal tivermos em conta um conjunto de indicadores que, hoje, não podem ser seguramente os mesmos do passado, ainda que esse passado esteja relativamente próximo (cf. Guichard 1990: 90). Numa abordagem que cobre todo o século XX, disso mesmo se dão conta Rodrigues e Pinto:

Apesar das mudanças observadas nas últimas décadas, a Norte e a Sul, o conjunto urbano liderado pelas duas cidades alberga mais de metade dos portugueses continentais (50,2%), porque a perda efectiva dos centros históricos das cidades foi causada pela transferência para *fora de portas* dos outrora residentes no seu interior, mas que a elas continuam diariamente a afluir. Num contexto metropolitano, Lisboa e Porto dominam o país actual. (1997: 22)

Temos assim uma espécie de continuidade no tempo de uma população desigualmente dividida pelo território e que continua alimentar o crescimento dos dois pólos urbanos referidos²³, com o alargamento a outras áreas de influência e, em geral, de toda a faixa litoral do território pontuada por densidades maiores em núcleos economicamente mais desenvolvidos em relação ao restante espaço que constitui o país (cf. Arroteia 1989: 70; Rodrigues 1995: 65)²⁴. O desequilíbrio entre espaços parece ser, mais do que nunca, causa e consequência das transferências de população, num quadro demográfico em que as mesmas se valorizam por, globalmente, se verificar um decréscimo do volume de nascimentos e um aumento do número de idosos, como sublinha Rodrigues:

Num contexto que é pouco favorável ao aumento do número de portugueses, o devir de cada região e as suas respectivas potencialidades de desenvolvimento parecem estar dependentes da intensidade e da direcção das migrações na escala nacional. O papel determinante que durante muitas décadas pertenceu á emigração tende agora a passar para uma outra vertente migratória. (2000: 35).

É claro que em sessenta anos a sociedade portuguesa sofreu profundas mudanças e a todos os níveis. Se é fácil deslindar uma a uma essas mudanças por evoluções mais ou menos lentas ou mais ou menos céleres ao nível de diferentes estruturas, como sejam a produtiva (cf. Murteira 1964), a social, a demográfica ou cultural, o mesmo não se pode dizer das causas que estiveram na base dessas alterações. No seu conjunto, essas estruturas muito nos ajudam a perceber como, produto de uma forte interacção entre elas, promoveram essa espécie de evolução na continuidade entre espaços, sociedades e comportamentos que constituem a sociedade global e que permanecem sempre

²³ É o que se constata de um estudo colectivo recentemente efectuado sobre a evolução da distribuição da população portuguesa nos últimos vinte anos: de um modo geral, pode verificar-se que salvo raras excepções, nas quais se destacam as Regiões Autónomas, o sentido das variações da população tende a repercutir-se no tempo: as regiões que na década de 80 perderam/ganharam população foram as mesmas que perderam/ganharam nos anos mais recentes. (AA.VV 1999, capítulo II: 10). Mas esta tendência poderá vir a alterar-se num futuro mais ou menos próximo, dado que o “esvaziamento” cumulativo de população jovem e activa nos espaços mais interiorizados inevitavelmente fará surtir os seus efeitos nas zonas de habitual crescimento em consequência das migrações. Como sublinha Rodrigues: “Neste momento, o número de óbitos exerce o de nascimentos em cerca de dois terços das unidades administrativas em que se divide o país. Os concelhos que formam a área metropolitana de Lisboa e o Grande Porto são os mais dinâmicos no contexto nacional, por serem zonas que continuam a beneficiar com as migrações internas, o que lhes garante uma certa vitalidade demográfica. Mas desconhecemos até quando a transferência de indivíduos conseguirá anular as limitações que decorrem da redução ou inversão dos saldos naturais, num país que não tem sido tendencialmente receptor de imigrantes.” (2000: 33-34).

²⁴ Comentando a continuada tendência de crescimento da urbanização a partir do esvaziamento dos espaços periféricos e interiorizados do país, Guichard sustenta o que aqui se designa por duas realidades: “Ontem, o perigo de Portugal residia no agravamento da dualidade sócio-espacial: por um lado uma minoria próspera e modernizada no litoral, por outro lado, largas periferias atrasadas cumulando as dificuldades, no interior e nos arquipélagos oceânicos. A evolução actual talvez autorize a pensar que o perigo de amanhã poderá ser menos provocante do ponto de vista social, até porque não há dúvida nenhuma de que o nível de vida melhorou de maneira sensível no decorrer da última geração, ainda que não tenha sido de maneira igualmente repartida. Mas pode passar a ser pior ainda do ponto de vista espacial, se o esvaziamento das periferias prosseguir ao mesmo ritmo, sem freio nem derivativos adaptados à sua rapidez actual. [...] O futuro de Portugal está claramente ligado ao do Porto e de Lisboa: mas Lisboa e Porto não terão futuro num país desertificado.” (1995: 38-39). A referida permanência de estruturas não invalida que os comportamentos demográficos e sociais tendam a para a homogeneização ao longo de todo o território, como sustenta, por exemplo, Bandeira (1996: 422). Mas as causas dessa homogeneização é que são seguramente distintas de acordo com as distintas características dos espaços, das economias e das sociedades, continuando as migrações a ter um papel fundamental no dito processo de transformação da demografia e da sociedade em geral, quer seja pelo acentuar das diferenças, como aconteceu no passado, quer seja na tendência à homogeneização de comportamentos, como parece acontecer actualmente.

distintos, ou seja, assimétricos. É essencialmente por todo o interior que continuamos a assistir à fuga de mão-de-obra; tal e qual foi evidente por todo o período em que se fez sentir a forte vaga migratória, o fenómeno permanece ao longo das décadas de oitenta e de noventa sem que se vislumbrem os reclamados estancamentos das saídas da população jovem e da força de trabalho e de reprodução nessas zonas debilitadas. As zonas interiorizadas e de economia predominantemente agrícola são aquelas que continuam a perder população activa (cf. quadro 3). A evolução da população em geral e da estrutura social mudaram: por um processo de crescimento continuado ao longo de décadas, com excepção dos valores negativos registados entre os censos de 1960 e de 1970, em que o volume dos que abandonaram o país superou os valores do saldo fisiológico; e também por um processo continuado de desertificação das zonas interiorizadas em favor de toda a faixa costeira. E este último processo permite perceber que a relativa homogeneidade na estrutura demográfica e social da população portuguesa em espaços com características distintas, tanto no que respeita à diminuição do número de nascimentos como em relação ao aumento do número de idosos, não assenta nas mesmas causas²⁵: no interior fica a dever-se à saída constante e significativa de jovens e de activos que, no litoral, vêm compensar a maior tendência dos espaços urbanizados e industriais para a diminuição da fecundidade²⁶. Por outro lado, os modelos de vida e os valores urbanos, a par de uma progressiva queda relativa da importância da agricultura nos espaços interiorizados, neste processo interactivo, permitiu a aproximação de comportamentos entre espaços que continuam a ser bem distintos²⁷. Nestes anos mudaram realmente o tipo de assimetrias, a par de permanecerem, muitas vezes sobre a capa de uma aparente renovação, as antigas estruturas, que realçam ainda nitidamente distinções entre espaços do interior e espaços do litoral, com diferenças particularmente relevantes ao nível do emprego no sector primário,

²⁵ Deve acentuar-se o carácter relativo dessa homogeneidade. Se uma comparação por distritos a nível, por exemplo, da população jovem (entre os 0 e os 14 anos) e da população idosa (entre os 65 e cinco e mais anos) demonstra diferenças pouco significativas, nomeadamente em termos da grande divisão litoral/interior, já uma agregação por regiões permite perceber diferenças mais acentuadas, a saber: com valores para 1995, é sobretudo no Norte e, particularmente, no litoral que a percentagem de jovens em relação ao total da população é maior (22,5% a 25,5% na sub-região do Tâmega; 20,0% a 22,5% nas sub-regiões do Cávado e do Ave; e de 17,5% a 20,0% nas sub-regiões Grande Porto, Entre-Douro e Vouga, Baixo Vouga, Dão-Lafões, Douro e, para o Sul, Pinhal Litoral) e, por consequência, é também aí que a percentagem de idosos relativamente ao total da população é menor (8,0% a 10,0% na sub-região do Ave; 10,0% a 15,0% nas sub-regiões Cávado, Porto, Entre-Douro e Vouga, Tâmega e, para o Sul, Pinhal Litoral). Mas mesmo assim, estabelecendo uma comparação entre 1981 e 1995, fica claramente expressa a tendência à homogeneização. (valores referidos in AA.VV 1999, capítulo II: 12).

²⁶ Almeida acentuada a papel das migrações neste processo de homogeneização da sociedade portuguesa: "The stabilisation of the population as a whole, the fall in birth and fertility rates, de double ageing process, migration trends, and tendency to settle in coastal and urban regions are once effects, symptoms, and factors shaping a wide variety of social changes. That these demographic trends are products of various other social factors can be illustrated by migratory movements. On the one hand, these stem directly from a push-pull dynamic, a set of conditions that shape life at the point of departure and arrival. On the other hand, they are a product of the differing plans, assessments, and values migrants develop in response to those conditions. [...]. The combination of these trends has gradually permitted agricultural workers or peasants to adopt urban values, such as birth control and family planning, and the education and the social promotion of a smaller number of children. The gradual transformation of their livelihood, together with their declining weight in the total population, therefore constitutes a partial explanation of the decline in fertility rates in Portugal. Again, these variables are effects, on the one hand, and symptoms and factors, on the other. They are indicators of social change, but are also elements contributing to that change." (1998: 148-149).

²⁷ A título de exemplo, em relação à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com estimativas do Instituto Nacional de Estatística, prevê-se que no ano de 2010 todo este espaço não tenha mais do que 372 mil habitantes, numa população cada vez mais envelhecida, o correspondente a cerca de metade da população existente em 1960. (cf. Jornal *Público*, 10 de Dezembro de 1999: 62-63).

onde, para 1991, o exemplos extremos dos distritos de Lisboa e de Bragança ou Vila Real contrastam, respectivamente com 3% e 37% (nas zonas interiorizadas do país, as percentagens de pessoas que hoje temos em exercício de actividade na agricultura, percentagens que têm vindo a reduzir consideravelmente, em muito se ficam a dever à forte e continua corrente migratória, mais do que propriamente a qualquer modernização de vulto das estruturas produtivas)²⁸, ou então com o forte empolamento no sector terciário no distrito de Lisboa devido à macrocefalia típica da capital, em que os seus 70% contrastam, por exemplo, com os 31% do distrito de Braga, essencialmente industrializada, ou até com os 45% do distrito do Porto, igualmente com uma industria expressiva que se estende pelos concelhos em redor da cidade núcleo.

Quadro 3

Estrutura etária da população dos distritos do continente português e sua distribuição por sectores de actividade económica.

Distritos	População					Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
	< 14 anos (%)	65 e + anos (%)	activa 1981	activa 1991	activa	(%)	(%)	(%)
	(a) 1981; (b) 1991	(c) 1981; (d) 1991	(e)	(f)	g = (f-e)	(h) 1981; (i) 1991	(j) 1981; (k) 1991	(l) 1981; (m) 1991
Aveiro	(a) 26; (b) 19	(c) 10; (d) 12	258871	297347	38476	(h) 20; (i) 10	(j) 53; (k) 55	(l) 27; (m) 35
Beja	(a) 20; (b) 16	(c) 17; (d) 20	62423	57199	-5224	(h) 44; (i) 27	(j) 21; (k) 22	(l) 35; (m) 50
Braga	(a) 30; (b) 23	(c) 9; (d) 10	275581	337342	61761	(h) 19; (i) 8	(j) 56; (k) 61	(l) 25; (m) 31
Bragança	(a) 24; (b) 17	(c) 14; (d) 18	57772	50603	-7169	(h) 52; (i) 37	(j) 19; (k) 17	(l) 29; (m) 46
Castelo Branco	(a) 19; (b) 15	(c) 18; (d) 21	81834	76578	-5256	(h) 33; (i) 18	(j) 35; (k) 39	(l) 32; (m) 43
Coimbra	(a) 21; (b) 16	(c) 14; (d) 17	164086	171223	7137	(h) 25; (i) 14	(j) 34; (k) 33	(l) 41; (m) 53
Évora	(a) 19; (b) 16	(c) 15; (d) 18	69894	69116	-778	(h) 38; (i) 22	(j) 24; (k) 28	(l) 38; (m) 50
Faro	(a) 20; (b) 16	(c) 16; (d) 17	120030	140260	20230	(h) 25; (i) 14	(j) 28; (k) 22	(l) 47; (m) 64
Guarda	(a) 21; (b) 17	(c) 18; (d) 21	72184	66192	-5992	(h) 44; (i) 27	(j) 30; (k) 32	(l) 26; (m) 41
Leiria	(a) 23; (b) 18	(c) 12; (d) 14	160934	174790	13856	(h) 27; (i) 13	(j) 42; (k) 46	(l) 30; (m) 41
Lisboa	(a) 21; (b) 16	(c) 10; (d) 13	885746	917545	31799	(h) 4; (i) 3	(j) 33; (k) 27	(l) 63; (m) 70
Portalegre	(a) 18; (b) 15	(c) 18; (d) 22	49900	47909	-1991	(h) 36; (i) 21	(j) 25; (k) 25	(l) 39; (m) 54
Porto	(a) 26; (b) 20	(c) 9; (d) 10	634204	748184	113980	(h) 8; (i) 4	(j) 51; (k) 51	(l) 40; (m) 45
Santarém	(a) 20; (b) 16	(c) 14; (d) 17	169200	175983	6783	(h) 27; (i) 16	(j) 36; (k) 36	(l) 37; (m) 48
Setúbal	(a) 23; (b) 17	(c) 9; (d) 11	257654	294547	36893	(h) 10; (i) 6	(j) 45; (k) 34	(l) 45; (m) 60
Viana do Castelo	(a) 25; (b) 19	(c) 14; (d) 17	97853	97028	-825	(h) 47; (i) 29	(j) 29; (k) 33	(l) 24; (m) 38
Vila Real	(a) 27; (b) 19	(c) 12; (d) 15	87788	80315	-7473	(h) 54; (i) 37	(j) 18; (k) 20	(l) 27; (m) 43
Viseu	(a) 26; (b) 20	(c) 14; (d) 16	153896	145479	-8417	(h) 51; (i) 31	(j) 24; (k) 29	(l) 25; (m) 40

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) - Anuários e Infoline.

Que sociedade somos então hoje? A uma escala global - em que se comparam, na totalidade ou parcialmente, continentes -, somos inequivocamente europeus, com interesse e capacidade de intervir, de estar envolvidos e de servir de intermediários, em dois mundos que se caracterizam por um oposto antagonismo que Santos (1994: 84-91) faz balançar entre o que designa por países do “centro” e o que designa por países “periféricos”²⁹. Somos assim uma

²⁸ A este propósito, e acentuando as transformações que a sociedade portuguesa vem sofrendo desde os anos cinquenta, Leandro refere: “Deux facteurs interviennent dans cette transformation: - un mouvement d'ordre exclusivement interne qui consiste dans l'exode rural vers les villes pour travailler dans l'industrie et dans le tertiaire. C'est le première fois que se verifie dans l'histoire du Portugal un renversement de la structure professionnelle: le secteur primaire n'est plus prédominant, signe du passe d'une société rural à une société plus urbanisé; - un autre mouvement d'ordre interne et externe en relation avec le mouvement d'emigration, constitué en grande partie par la population active venant du secteur agricole.” (1992: 197-198).

²⁹ Esta nossa tendência ao envolvimento e à mediação entre “centro” e “periferia” tem profundas raízes históricas e é, naturalmente, limitado e vocacionado, tanto no quadro da nossa participação na União

país “semiperiférico” que, curiosamente, mantêm também esta condição na relação entre espaços que encerra no interior das suas fronteiras. E é nessa semiperiferia que é legítimo encontramos a já referida continuidade de estruturas de uma país ao longo de sessenta anos: de facto, o nosso actual quadro evolutivo, a nossa “pós-modernidade”, parece, comparativamente, não deixar dúvidas - aparentemente, pelo menos - em relação a questões como a estrutura político-constitucional vigente, a evolução dos comportamentos demográficos (com uma população que globalmente em todos os distritos tem tido um envelhecimento demográfico no topo e na base da sua estrutura etária), certos indicadores sócio-económicos ou outros factores; mas muito do que apelidamos de tradicional se foi mantendo, sem que se tenha cumprido a “modernidade”³⁰. Somos hoje, a uma escala territorial de dimensão alargada, um país que apresenta níveis de aproximação entre espaços que permitem perceber uma clara modernização e desenvolvimento. Mas vistas as coisas a uma escala mais reduzida o panorama é seguramente distinto e demonstra a incapacidade do Estado em fazer aproximar as diferenças existentes entre espaços e sociedades, como de novo acentua Santos: “Essa modernização [produto da acção do Estado] é, no entanto, falsa em muitas instâncias, porque se queda nos textos legais, ordinários e constitucionais, e dificilmente se traduz em práticas sociais adequadas.” (1994: 87)³¹. O distrito do Porto, por exemplo, encontra entre os concelhos que o constituem impressionantes desníveis de riqueza, de bem-estar, de comportamentos, que, se estudado em separado concelho a concelho, comparando o mais rico e o mais pobre - no caso o Porto e Baião, respectivamente - demonstra a completa permanência das assimetrias sentidas e “denunciadas” de longa data e que nos nossos dias continuam, porventura até em maior grau, se para o efeito levarmos em conta a evolução que a sociedade global sofreu e um conjunto de outros indicadores que hoje teríamos de considerar, designadamente o que podemos apelidar de tipos culturais e identidades e de massa crítica da população, pelo número de pessoas diplomadas, ou pelo número de estruturas materiais e humanas básicas, como é o caso flagrante das estruturas de saúde³².

A evolução demográfica, se equacionada à escala do país, não será difícil de traçar em todo este período: quanto à variáveis microdemográficas - nascimentos, óbitos e migrações - tudo mudou, ainda que de forma lenta, umas, ou de forma brusca, outras. A evolução dos nascimentos fez-se entre subidas e descidas até tomar este último percurso após o início dos anos sessenta, com nuances de tempo em relação aos espaços com características geoeconómicas diferentes; a evolução da mortalidade quase em continuo decresceu, particularmente a mortalidade infantil com notáveis progressos década a década,

Europeia como enquanto país autónomo, aos *Países de Expressão Oficial Portuguesa* ou *PALOP* (cf. Teixeira 1998)

³⁰ A desigualdade entre espaços continua a estar presente, sendo a letargia ou o não-progresso, rumo a uma modernidade que há muito outros espaços do país já alcançaram, um dos aspectos mais marcantes da nossa sociedade global. “No presente, uma das características principais da sociedade portuguesa é a heterogeneidade interna tanto dos princípios de regulação como das lógicas de emancipação. O princípio do mercado nunca atingiu em Portugal a hegemonia que teve nos países centrais. Viveu sempre sob a tutela do princípio de Estado, tutela que assumiu várias formas até ao presente.” (Santos 1994: 85).

³¹ Sobre este assunto v. ainda Reis (1993) e Franco (1994).

³² Almeida *et al.*, a propósito da família, salientam essa tendência à continuidade “regional” de comportamentos: “Para além das diferenças entre Norte e Sul, são importantes, também aqui, as assimetrias entre litoral urbano e interior rural do país.” (1998: 54). Portugal encerra no interior das suas fronteiras o que Santos designa por “diferenças de graus” na comparação entre países mais ou menos próximos ou distantes do centro. “As diferenças qualitativas entre as várias zonas do sistema mundial (o centro, a periferia e a semiperiferia) parecem hoje atenuar-se. Em compensação, as diferenças de grau são cada vez mais chocantes. Nas condições deste final do século, a tarefa primordial da sociologia é mostrar que as diferenças de grau são qualitativas.” (1994: 88).

sobretudo após os anos quarenta (Marques 1986: 478; Bandeira 1996: 162-170); e no domínio das migrações internacionais os anos setenta foram cruciais: uma dupla realidade entre 1973 e 1974 fez alterar radicalmente o nosso longo e tradicional curso emigratório, que os anos sessenta havia feito empolar extraordinariamente: em primeiro lugar, a crise petrolífera de 1973 fez estancar o número de entradas de portugueses nos países europeias de tradicional destino e, ao mesmo tempo, obrigou a que muitos que neles se encontravam instalados iniciassem o percurso de retorno; em segundo lugar, a descolonização portuguesa, na sequência do 25 de Abril de 1974, fez regressar ao país, a ritmo acelerado, cerca de oitocentos mil portugueses até aí radicados nas ex-colónias. Destes dois fenómenos, concorrentes nas consequências, mas não nas causas, a população portuguesa sofreu uma “reestruturação forçada” com efeitos visíveis em alguns domínios como, por exemplo, o abrandamento do já então notado envelhecimento demográfico de alguns centros urbanos, particularmente Lisboa e Porto, e o atenuar do claro envelhecimento provocado por décadas de saídas em certas zonas do interior do território³³. Mas esta mesma evolução demográfica, se equacionada a uma escala menor de índole regional, encontra diferentes causas para comportamentos com tendências à uniformização (Rodrigues 2000: 33). A saber: se a queda nos níveis de fecundidade nos espaços urbanos e industrializados se pode ficar a dever as razões predominantemente de carácter económico e de “funcionamento” daquele tipo específico de sociedades, sem relação directa (ou, ao existir alguma relação, ela apresenta vínculos ténues) com outras variáveis microdemográficas; nos espaços rurais tal pode já não ser assim e seguramente não o foi e é na nossa sociedade: essa queda da fecundidade tem mais a ver com a estrutura da população vigente, caracterizada pelo envelhecimento demográfico que o êxodo rural fez acentuar ao longo das décadas em causa (cf. Nazareth 1978)³⁴; tem mais a ver também com o efeito da

³³ Sobre o impacto demográfico e social que os retornados das ex-colónias portuguesas tiveram na nossa sociedade, sobretudo nos centros urbanos, v. Pires *et al* (1984).

³⁴ Como, em observação mais pormenorizada, explica Bandeira para os início da década de quarenta: “A análise dos indicadores de fecundidade de 1940-41 põe em evidência, no entanto, um aspecto que, sendo teoricamente pertinente, não sobressai na análise das taxas brutas [muito embora os valores das taxas brutas de natalidade nas cidades de Lisboa e do Porto para 1940-41 tenham sido os mais baixos do país]: a menor fecundidade dos distritos mais urbanizados do país (Lisboa e Porto). De facto, nestes distritos registam-se em 1940-41 os índices mais baixos e foi também neles que a descida da fecundidade na década de 1930 foi mais forte. Isto parece comprovar que, no contexto das sociedades arcaicas de dominante rural, é nos meios urbanos que o desenvolvimento de dinâmicas de ruptura e de modernização dos comportamentos em matéria de procriação encontra condições mais favoráveis.” (1996: 225). Sobre as atitudes e comportamentos reprodutivos em espaços com características económicas e sociais distintas, Brettell relata o caso de “uma mulher que casou no início da década de 1950 estabelecia uma distinção entre viver no campo e na cidade. Pouco depois do casamento, ela e o marido, que era Guarda Republicano, foram para Lisboa. Viviam num quarto pequeno e, a seguir ao nascimento do primeiro filho, ela procurou informar-se sobre como evitar engravidar de novo porque no sítio onde vivíamos não havia espaço para mais filhos. No campo, disse ela, há mais espaço e as crianças podem nadar à vontade. Estão seguras e há muita gente à sua volta que pode olhar por elas. O que está implícito na sua declaração é que, no campo, havia menos motivação para limitar a dimensão da família, embora, por razões pessoais, alguns indivíduos estivessem confessadamente muito motivados. (1991: 219). Este relato poderá ser reproduzido por *n* situações em relação aos migrantes que se fixaram nas grandes cidades, dado que a maior parte das habitações que, pelo menos inicialmente, ocuparam eram de reduzidas dimensões – mesmo assim, onerosas -, partilhadas com outras pessoas, familiares, conterrâneos ou, por exemplo, elementos ligados a uma mesma ocupação (v. a respeito, e para o caso da cidade do Porto, Gros 1982). E, além disso, a constatação da dita motivação para a redução do número de filhos por casal na cidade encontra certamente um conjunto de outras razões como as maiores idades médias ao casamento da população migrante ou os maiores custos que a sustentação dos filhos acarretam na cidade, sobretudo na circunstância em que ambos os cônjuges trabalham fora de casa e auferem baixos rendimentos. Sobre a fecundidade diferencial da população portuguesa urbana e rural, com

nupcialidade na fecundidade, sendo, por isso, compreensível que, por todo o território, se tenha verificado uma tendência geral à queda da fecundidade mas por razões diferentes. Para os espaços ruralizados, Livi-Bacci (1971: 50) sublinha os motivos da existência de uma nupcialidade diferencial com repercussões sobre a fecundidade: 1) a forte emigração dos distritos do Norte que, alterando a estrutura social da população, afecta as oportunidades de casamento para as mulheres (uma vez que as saídas são predominantemente masculinas e em idade de contraírem matrimónio); e 2) as inúmeras formas de rendimento e de distribuição da terra e da sua transmissão por gerações. Por outro lado, nos espaços urbanizados não será difícil relacionarmos a queda da fecundidade com a maior idade média ao casamento das mulheres que para aí migraram e que representam uma parte substancial da população total, sobretudo numa altura em que a relação entre o casamento e a reprodução era ainda estreita (Rosas 1994: 21-22). Mesmo assim, e a respeito dos níveis de fecundidade, o litoral sempre se restabeleceu à custa dos migrantes oriundos do interior do país (Rodrigues 2000: 32).

Entre as décadas de cinquenta e sessenta, particularmente nesta última, estimou-se que mais de um milhão e quinhentos mil portugueses tivessem entrado em êxodo (Nunes 1968: 269), apesar desse êxodo não ter exclusivamente por destino, muito pelo contrário, as grandes cidades portuguesas, mas sobretudo países europeus. Uma enorme debandada que, em muitos casos, se fez em “zigzag”, i. é., entre o espaço de origem e o estrangeiro, a cidade ou os seus arredores funcionaram como espaços temporários de acolhimento e de adaptação - sustentada em redes sociais de apoio - para muitos desses emigrantes. Entre 1931-40 o litoral de Portugal continental contempla 64% da população, número que passa para 78% na década seguinte e para 82% entre 1951-60 (cf. Alarcão 1962: 100). Em 1960 os distritos de Lisboa e do Porto agrupavam, na classificação oficial de dez mil ou mais habitantes para a definição de cidade, 77% da população urbana (Nunes 1964: 417); e esta tendência foi-se inevitavelmente mantendo pelas décadas seguintes, particularmente ao longo dos anos setenta, em que houve um enorme empolamento demográfico fruto das migrações dos municípios circunvizinhos às grandes cidades de Lisboa e do Porto³⁵. As cidades portuguesas aumentaram em número e em extensão, ou seja, aumentaram sobretudo por alargamento aos espaços a elas confinados, tendo esses espaços até sofrido um maior crescimento desde a década de cinquenta comparativamente aos centros (cf. Machado *et al* 1992: 35-36; Gama 1993: 446)³⁶. E, como descrevem Machado e

particularidades em relação às cidades de Lisboa e do Porto, deve ler-se, como trabalho de referência, Livi Bacci (1971: 104-124).

³⁵ A evolução demográfica portuguesa por todo o século XX, em continuidade com as expressiva tendência iniciada em oitocentos, em muito se explica pela acção das migrações e não tanto por alterações que, de forma endógena e célere, se operaram em cada uma das outras variáveis microdemográficas, tanto por referência aos nascimentos como aos óbitos. As migrações funcionaram como resposta natural aos desequilíbrios resultantes de uma desigual distribuição da riqueza, do excesso populacional em relação aos recursos existentes em determinados espaços, tendo essa resposta, accionada de diversas maneiras, conduzido a mudanças de comportamento face à reprodução – de forma directa (mediante a limitação voluntária dos nascimentos) e indirecta (mediante o retardamento, deliberado ou não, do casamento) – e face à morte – de forma indirecta. Como sustenta Bandeira: “A origem das flutuações da dinâmica demográfica, ao longo do século XX, parece residir principalmente na oscilação dos movimentos migratórios. [...] Em Portugal, a população desde sempre aberta aos êxodos para o exterior, até ao início da década de 1970 as taxas médias de crescimento anual mantiveram-se relativamente estáveis. O mesmo não acontece com a balança migratória, cujas flutuações marcaram decisivamente a evolução da população.” (1996: 151).

³⁶ Como, nos anos sessenta, vaticinou Alarcão: “Crescem assim os subúrbios mais do que crescem as cidades, limitadas no espaço útil a treparem para as alturas, acastelando andares sobre andares; duplicam a população cada dez anos alguns concelhos dos arrabaldes, como o de Loures ultimamente e as migrações trazem-lhe cada decénio mais de 50% noutros, como Oeiras e Almada. Isto em oposição ao panorama já

Costa, o balanço desta continuidade de estruturas, entre 1960 e 1991, caracteriza-se por uma tripla e conjugada evolução: “concentração da população no litoral, crescimento urbano e despovoamento do interior do país.” (1998: 18-19). A permanências de desequilíbrios entre espaços e sociedade tem promovido a continuidade das migrações internas e das saídas de gente das zonas rurais para as zonas urbanas. Hoje já não se pode certamente falar com a mesma abrangência de êxodo rural, como estudou e referiu, por exemplo, Alarcão (1962)³⁷, porque essas zonas de “repulsão” foram reconvertendo as suas economias que, de predominantemente agrárias, passaram a ser mistas, i.é., com indústria e comércio à mistura, apesar de em muitas delas ainda predominar em número de sociedades e em numero de pessoas empregues no designado sector primário. Há que, em primeiro lugar, referir a reclassificação dos próprios termos que, de forma muito real, se foram alterando no tempo. Pelas décadas de oitenta e noventa, um conjunto de cidades novas foram surgindo sem que muitas delas para isso tivessem quaisquer condições - em termos de equiparação com as existentes - de adquirirem esse estatuto. Perde-se, quer em relação às zonas próximas aos grandes centros quer em relação às zonas de periferia mais distantes, a noção clara pelas características económicas, sociais e culturais das zonas rurais. A sociedade campesina já não é mais uma sociedade semi-fechada e tradicional com uma cultura e respectivas manifestações sociais próprias. Foi “invadida” pelo Estado uniformizador, devido, em parte, à acção dos municípios entre si concorrentes e devido à considerável melhoria das acessibilidades promovida por dinheiros comunitários, assim como também devido às gentes que, em transito, acabam por permanecer, ainda que não em definitivo. Além do mais, a urbanização também se foi fazendo nas zonas interiorizadas do país, particularmente a partir do reforço da população e desenvolvimento das capitais distritais e das sedes dos concelhos (Mendes 1997: 130). O quadro seguinte, utilizando diferentes critérios de classificação da população urbana, dá bem conta da evolução que o país tem tido a este nível, e para a qual os aspectos mencionados tem concorrido fortemente.

Quadro 4
Nível de urbanização em Portugal Continental
(população urbana/população total)*100

Habitantes	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
+ 5 000	14,9	16,2	17,3	18,1	20,8	22,0	24,2	26,9	30,1	34,6	39,4
+ 10 000	11,3	12,4	13,1	14,2	16,2	17,4	19,3	22,3	26,5	29,7	33,2
+ 20 000	9,1	10,1	11,5	11,9	13,9	14,9	16,2	17,7	20,4	23,4	24,5

Fonte: Rodrigues e Pinto (1997: 11).

Se assim podemos dizer, na relação cidade/campo intensificaram-se os circuitos de interacção de *inputs* e *outputs* entre realidades económicas, sociais e culturais diferentes, que, apesar da tendência uniformizante descrita, continuam a continuarão a permanecer como tais. O que se quer com isto afirmar é que a dita intensificação de circuitos de interacção entre sistemas sociais com características distintas, apesar de hoje não podermos falar com a mesma distinção rígida de espaços urbanos por oposição a espaços plenamente rurais, não veio criar homogeneização do espaço e da sociedade globais, em nenhum plano que as possamos querer comparar, e que, portanto, certo tipo de aproximações materiais não fizeram esbater o sentido e a intensidade das diferenças há muito existentes: numa lógica de classificação numericamente

referido de muitos concelhos do continente tender a desaparecer a sua população em poucos séculos, se acaso se mantiverem as actuais taxas de repulsão e a natalidade deixasse de compensar os óbitos, como inevitavelmente virá a acontecer nesses espaços.” (1964: 563). A este respeito, ver também Barata (1966).

³⁷ “No decénio de 1931 e 40 foram 201 os concelhos que repeliram mais gente do que atraíram; subiu este número a 228 no decénio seguinte e a 241 no que fechou com 1960. Donde, o alargamento a novas áreas até aí imunes ao fenómeno.” (Alarcão 1962: 89). Ver ainda a respeito Nunes (1964: 439).

ordenada dos espaços consoante a importância económica de cada um, as coisas mantêm-se tal e qual eram há sessenta ou mais anos atrás³⁸. Mas este capítulo das migrações internas é um capítulo à parte justamente na medida em que, apesar das evoluções da sociedade global, continua a manifestar-se, numa tendência que vai muito mais além no tempo do que os sessenta anos aqui em evidência, no sentido da litoralização da população. Como refere Ferrão (1996: 181-187) a tendência às deslocações da população das zonas interiorizadas terá sofrido, mercê dos factores apontados, alterações de intensidade, de modalidades, de destinos geográficos e de percursos sócio-ocupacionais, evolução lógica que mais não representa do que um acompanhar ou um adaptar do fenómeno das migrações internas às tendências de mudança que a sociedade foi progressivamente manifestando entre os anos sessenta e a actualidade³⁹. Continuando a perdurar as assimetrias entre espaços, ainda que estas não sejam hoje de todo as mesmas que num passado relativamente próximo, permanecem as causas e as consequências, entre elas as migrações para os centros mais desenvolvidos (cf. Machado e Costa 1998: 19)⁴⁰.

Nota final.

Os migrantes são, em parte, responsáveis pela “aceitação” de uma identidade que o Estado foi ao longo do tempo criando (cf. Mattoso *et all.* 1997a: 78-79), enquanto agentes que “transportam” e importam, por um lado, uma cultura e um conjunto de práticas a ela associadas para determinado espaço, e, por outro lado, enquanto agentes que se adaptam - por simbiose entre culturas -, às sociedades que os acolheram. Mas não se trata apenas da inserção de actores provenientes de múltiplos espaços que comportam ou representam, relativamente ao espaço de acolhimento urbano, uma cultura e práticas manifestamente diferentes; trata-se, sobretudo, e isto é preciso sublinhar além de fenómenos de massificação cultural que os *media* vieram permitir ao longo do tempo que estamos a caracterizar, de um movimento de pessoas que, entre esses espaços de características distintas, se faz em cadeia e com regularidade - num grande número de casos - e que a “migração pendular de lazer”, se assim podemos

³⁸ Com maior amplitude retrospectiva, Mattoso *et all.*, a este propósito, salientam: “Em cinco séculos, a população portuguesa cresceu muito; era, em 1940, cinco a seis vezes maior do que no começo do século XVI, e atinge hoje cerca de oito vezes aquele valor. Consequentemente, só se podem comparar os *tipos* de distribuição regional; mas resulta deveras notável que tenham perdurado tantas características da distribuição antiga do povoamento rural e urbano das diversas regiões, apesar do enorme aumento quantitativo que afectou a população um pouco por toda a parte.” (1997a: 33-34).

³⁹ Como Ferrão acentua: “A ideia que fica é, pois, a da fragmentação do território nacional, acompanhada pela consolidação de diversos pólos, de consistência diversa, é certo, mas que tendem a partilhar duas características: intensidade dos movimentos no seu interior, estabelecimento de fluxos migratórios preferenciais com outros pólos. A lógica de rede, de multipolaridade, vai-se gradualmente articulando (substituindo?) às lógicas anteriores, de forte pendor dicotómico (campo vs. Cidade, Norte vs. Sul, litoral vs. Interior), traduzindo-se por configurações territoriais em arquipélago. Entretanto, nos espaços intersticiais a essas várias ilhas, nas áreas submersas, a densidade demográfica pode baixar a níveis suficientemente reduzidos para inviabilizar equipamentos tão básicos como uma escola primária ou um centro de saúde de âmbito local.” (1996: 187).

⁴⁰ A continuidade de desequilíbrios entre espaços tem-se sido entre nós salientada por inúmeros autores (como, por exemplo, Nunes 1964; Almeida e Barreto 1976; ; Godinho 1978; Serrão 1982). A propósito, Baganha comenta: “A constância do fenómeno migratório em Portugal pode atribuir-se à profunda permanência de assimetrias regionais no país e à existência de desequilíbrios geoeconómicos entre Portugal e os sucessivos países de destino. O primeiro desequilíbrio permitiu explicar a manutenção do fenómeno, independentemente da evolução verificada a nível nacional; o segundo desequilíbrio assegurou a existência de vantagens comparativas nas regiões receptoras, conferindo racionalidade à decisão de emigrar ao longo do tempo.” (1994: 959).

chamar, faz também migrar outras formas de entendimento, outras práticas e, por consequência, estes factores concorrem para a dita uniformização e alteração de práticas nas sociedades de onde são originários. É com esse sentido que alguns autores consideram que estes contactos em fluxos permanentes como os maiores veículos de modernização das sociedades de êxodo dos migrantes, num papel ainda mais importante do que aquele que é exercido pelos emigrantes quando retornam as essas terras de origem⁴¹. Estes últimos talvez com maior visibilidade em termos de manifestações materiais mas, no entanto, relativamente à sociedade global que se constitui com país/nação, sem o mesmo impacto ao nível daquelas transformações que os migrantes vão fazendo aproximar, resultado de um processo lento, gradativo, de interacção entre realidades geoeconómicas e sociais. O que não implica o esbatimento das diferenças e das especificidades de cada uma das sociedades em causa. Até porque, como sustenta Silva (1994 b: 195), para os migrantes que se fixam na cidade há uma permanente “persistência da comunidade de origem”, i.é., das referências sociais e culturais que tendem a ser “alimentadas” pelos ciclos mais ou menos constantes de retorno.

Bibliografia:

AA.VV

1999 *Portugal. Plano nacional de desenvolvimento económico e social. Diagnóstico prospectivo. 2000-2006*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.

ABREU, Armando Trigo de

1970 “Concentração e desenvolvimento regional”, separata da *Agros*, números 1-6, LIII: 27-35.

ALARCÃO, Alberto de

1962 “Êxodo rural, migrações e desenvolvimento regional”, in *Alguns problemas do meio rural*, s.e.: 85-102.

1964 “Êxodo rural e atracção urbana no continente”, in *Análise Social*. Vol. II (7-8). Lisboa: 511-573.

ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António

1976 *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa, 3ª ed.: Prelo.

ALMEIDA, João Ferreira de

1998 “Society and valus”, in *Modern Portugal* (edited by António Costa Pinto). California: SPOSS: 146-161.

ALMEIDA, João Ferreira *et all*

1994b “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores: 307-330.

ARROTEIA, Jorge Carvalho

1989 “Aspectos da dinâmica recente da população portuguesa”, in *Biblos*. Vol. LXV. Coimbra: 69-89.

BAGANHA, Maria Ioannis B.

⁴¹ É com este sentido que, por referência às mais diversas formas de migração, Almeida *et all*. sustentam: “Todos estes movimentos, na sua singularidade, são também, a um tempo, produtos e produtores de novas condições e de novas lógicas sociais.” (1994b: 308).

- 1994 “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na BANDEIRA, Mário Leston
- 1996 *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM.
- BARRETO, António e PRETO, Clara Valadas
- 1996 *Portugal 1960/1995: indicadores sociais. Cadernos do Público, 8*. Lisboa: Público.
- BRETTELL, Caroline B.
- 1991 *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CAETANO, Marcello
- s.d. *Aos rurais e aos pescadores*. Lisboa: Editorial Gráfica Portuguesa.
- CALDAS, Eugénio de Castro
- 1957 *Industrialização e agricultura*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Centro de Estudos Económicos.
- CARVALHO, Odete Esteves de
- 1967 “A repartição pessoal do rendimento em Portugal: análise do período do I e II Planos de Fomento”, in *Análise Social*. Vol. V (19). Lisboa: 436-502.
- EVANGELISTA, João
- 1971 *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.
- FERRÃO, João
- 1996 “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno”, in *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 165-190.
- FRANCO, ^a L. de Sousa
- 1994 “A economia”, in *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores: 170-293.
- GAMA, António
- 1993 “Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso”, in *Portugal: um retrato singular* (Boaventura Sousa Santos org.) Porto: Edições Afrontamento: 399-473.
- GIRÃO, Amorim *et al*
- 1948 *Migrações internas (1890-1940). Estudos da população portuguesa III*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos F.L.U.C.
- GODINHO, Vitorino Magalhães
- 1978 “L’émigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”, in *Revista de História Económica e Social*, 1: 5-32.
- GOMES, A. Sousa
- 1964 “O desenvolvimento sócio-económico e a educação”, in *Análise Social*. Vol. II (7-8). Lisboa: 652-670.
- GROS, Marielle Christine

1982 *O alojamento social sob o fascismo*. Lisboa: Edições Afrontamento.

GUICHARD, François

1990 *Géographie du Portugal*. Paris: Masson.

1994 “Século XX”, in *História do Porto* (direcção de Luis de Oliveira Ramos). Porto: Porto Editora: 523-637.

1995 “A grande viragem do presente e as suas consequências: de Portugal rural para Portugal urbano”, in *População e Sociedade*. 1. Porto: CEPFAM: 27-40.

LEANDRO, Maria Engrácia

1992 *Au-delà des Apparences: l'insetion Social des Portugais dans l'Agglomération Parisienne*, thèse de doctorat en Sociologie, Université Paris V - René Descartes - Sorbonne.

LEMOS, Rodrigo Sande

s.d. “O ordenamento Regional”, in *Alguns problemas do meio rural*, s.e.: 169-196.

LIVI BACCI, Massimo

1971 *A century of portuguese fertility*. Princeton: Princeton University Press.

1993 *Introducción a la demografía*. Barcelona: Editorial Ariel.

LOUREIRO, M. Santos

s.d. a “As assimetrias espaciais de crescimento no continente português”, in *Estudos*, nº 4 e 5, Divisão de Estudos de Economia Nacional: INII.

s.d. b *Um indicador do poder de compra para o mercado metropolitano português*, s.e.

MACHADO, Fernando Luis e COSTA, António Firmino da

1998 “Processos de uma modernidade inacabada”, in *Portugal, que modernidade?* José Manuel Viegas e António Firmino da Costa orgs.). Oeiras: Celta Editora: 17-44.

MACHADO, Paulo *et all.*

1992 “Ecologia social e ecologia urbana - novos desafios, novos procedimentos”, in *A ecologia social em perspectiva*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil: 33-54.

MARQUES, A. H. de Oliveira

1986 *História de Portugal*, vol. III. Lisboa, 3ª ed.: Palas Editores.

MARTINS, Isabel Faria

1967 “A migração dos trabalhadores rurais para a industria”, in *Análise Social*. Vol. 5 (18). Lisboa: 298-302.

MATTOSO, José *et all.*

1997a *Portugal - o sabor da terra*. Lisboa: Circulo dos Leitores.

1997b *Portugal - o sabor da terra. Porto*. Lisboa: Circulo dos Leitores.

MENDES, José Manuel de Oliveira

1997 “Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 49. Coimbra: 127-156.

MOURA, João

1964 “Desenvolvimento económico e emprego no continente português”, in *Análise Social*. Vol. II (7-8). Lisboa: 699-719.

MOYNIHAN, Daniel P.

MURTEIRA, Mário

1964 “O desenvolvimento industrial português e a evolução do sistema económico”, *Análise Social*. Vol. II (7-8). Lisboa: 483-497.

NAZARETH, J. Manuel

1978 “A dinâmica da população portuguesa no período 1930-1970”, in *Análise Social*. Vol. XIX (65). Lisboa: 729-800.

NUNES, A. Sedas

1964 “Portugal, sociedade dualista em evolução”, in *Análise Social*. Vol. II (7-8). Lisboa: 407-462.

1968 *Sociologia e ideologia do desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores.

ODETE, Esteves de Carvalho e MOURA, João de

1964 “A repartição do rendimento em Portugal continental”, in *Análise Social*. Vol. II (7-8). Lisboa: 720-746.

PEIXOTO, João

1987 “O crescimento da população urbana e a industrialização em Portugal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22. Coimbra: 101-114.

PEREIRA, Raul da Silva

1966 “Habitação e urbanismo em Portugal - alguns aspectos actuais”, in *Análise Social*. Vol. IV (14). Lisboa: 198-255.

PIRES, Rui Pena *et all.*

1984 *Os retornados; um estudo sociográfico*. Lisboa: I.E.D.

REDOL, Alves

1979 *Porto Manso*. Mem Martins, 3ª ed.: Publicações Europa América

REIS, José

1993 “Portugal: a heterogeneidade de uma economia semi-periférica”, in *Portugal: um retrato singular* (Bouaventura de Sousa Santos org.). Porto: Edições Afrontamento: 133-161.

RIBEIRO, Orlando

1994 *Opúsculos Geográficos. V volume. Temas Urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz *et all.*

1995 *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

RODRIGUES, Teresa

1995 “A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional”, in *População e Sociedade*. 1. Porto: CEPFAM: 57-72.

2000 “Cem anos de demografia. Os portugueses do século XX”, in *História*, 22, Fevereiro: 31-35.

RODRIGUES, Teresa e PINTO, Maria Luís Rocha

1997 “A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991), in *População e Sociedade*, nº 3. Porto: CEPFAM/Universidade do Porto.

ROSAS, Fernando

1994 *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*, sétimo volume (dir. José Mattoso). Lisboa: Círculo de Leitores.

1998 “Salazarism and economic development in 1930s and 1940s: industrialization without agrarian reform”, in *Modern Portugal* (edited by António Costa Pinto). Califórnia: SPOSS: 88-101.

SANTA-RITA, Gonçalo

1982 *Portugal. A expressão da paisagem*. Lisboa: Terra Livre.

SANTOS, Boaventura Sousa

1994 *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Mário Cardoso dos

1965 “Estrutura e evolução da população activa em Portugal”, in *Análise Social*. Vol. III (12). Lisboa: 441-474.

SERRÃO, Joel

1982 *A emigração portuguesa*. Lisboa, 4ª ed.: Livros Horizonte (1ª ed. 1972).

SILVA, Augusto Santos

1994 a “Tradição, modernidade e desenvolvimento: Portugal na integração europeia”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 39. Coimbra: 147-162.

1994 b *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, José Gentil da

1972 “Vida urbana e desenvolvimento: Portugal, país sem cidades”, separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. V. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: 734-756.

SILVA, Maria Manuel da

1964 “Assimetrias espaciais no progresso do continente português”, in *Análise Social*. Vol. II (6). Lisboa: 296-300.

TEIXEIRA, Nuno Severino

1998 “Between África and Europe: Portuguese Foreign Policy, 1890-1986”, in *Modern Portugal* (edited by António Costa Pinto). Califórnia: SPOSS: 60-87.